

DA JUVENTUDE PARA A JUVENTUDE

a cidade em construção





A CIDADE DA JUVENTUDE E RENOVAÇÃO DA POLÍTICA

A juventude brasileira e carioca está em movimento, criando e renovando a forma de se fazer política na cidade. Disputando espaço e território com o poder público, que só investe na construção de uma cidade para negócios. Desde 2013, ano dos grandes levantes de junho, a juventude passou a ter outra relação com os espaços públicos. Dezenas de saraus e rodas de rima se espalharam pelas praças, muitos coletivos e organizações culturais e políticas explodiram pelos bairros e favelas.

As pautas feministas, das negras e dos negros, das LGBTs estão fervilhando na cidade e sendo protagonizadas pelos jovens, brigando por uma cidade mais diversa e plural. Seja nas escolas públicas ocupadas ou nas mobilizações de rua, nós gritamos por mais democracia e participação direta. Rechaçando por completo o velho método da política institucional liderada por corruptos, estamos experimentando uma nova forma de fazer política, que parte de baixo para cima, de quem vive a cidade no dia-a-dia e que conhece suas contradições e dificuldades.

Através das novas tecnologias e ferramentas que conectam cada vez mais a população, podemos também

dar mais um passo na direção da participação direta. Esta plataforma em construção e em movimento pretende coesionar e dar forma a tudo isso e apontar a novidade para a disputa institucional também. A nova política tem que ocupar os palácios e revolucioná-la.

- Instituição da revogabilidade de mandatos por parte dos eleitores. Quem não cumpre o que promete deve perder o mandato;
- Facilitação para apresentação de projetos de leis de iniciativa popular. Que os jovens possam legislar, inclusive a partir da coleta de assinaturas digitais;
- Radicalização da democracia por meio de referendos e plebiscitos,. Que os jovens possam opinar;
- Garantia de candidaturas avulsas, sem necessidade de filiação partidária. Que a juventude escolha seus representantes.
- Paridade de gênero nas instâncias públicas;
- Financiamento das campanhas eleitorais exclusivamente público, pela igualdade entre todos na realização de campanhas;
- Proibição de cabos eleitorais pagos, sendo tal prática crime eleitoral. Que a política seja feita por ideias e não por dinheiro.

Educação

As escolas brasileiras nunca mais serão as mesmas depois de 2016. Essa é a certeza que temos após as ocupações terem se alastrado pelo país. No Rio, os secundaristas fazem sua experiência reivindicando não só qualidade e amplo acesso ao ensino, mas principalmente uma educação de outro tipo, transformadora, crítica e democrática. Esse movimento nos inspira e fortalece as lutas históricas da educação.

Para garantir uma formação emancipatória, precisamos de uma revolução pedagógica em todos os níveis de ensino, com ampliação das políticas de assistência estudantil e de democracia e participação com todas e todos os estudantes.

- Por mais Infraestrutura e investimentos: fim das escolas de lata; cadeiras, mesas e lousa são objetos básicos que ainda não existem em muitas escolas! Por mais bibliotecas, refeitórios, laboratórios equipados; Contra a falta de água e merenda nas escolas;
- Por mais democracia nas escolas! Gestão democrática: eleições diretas com voto paritário para diretor, funcionamento democrático dos conselhos escolares com direito a voz dos

estudantes; livre organização nos grêmios estudantis, sem intervenções do corpo de direção e coordenação;

- Criação de um programa visando erradicar o analfabetismo e analfabetismo funcional no Rio de Janeiro;
- Por mais autonomia pedagógica e pela formação continuada dos professores e funcionários de rede educacional;
- Incentivo à produção cultural e à prática esportiva com infraestrutura adequada;
- Por uma educação laica que leve o debate da orientação sexual, da identidade de gênero e de raça fortalecendo assim uma educação humanista não sexista, racista ou lgbtfóbica.
- Contra a meritocracia acadêmica, que vincula o salário dos professores e os investimentos nas escolas a partir do ranqueamento;
- Valorização da interdisciplinaridade e de matérias como sociologia, filosofia e artes, que vem sido dada pouca importância na atual grade curricular.
- Contra a privatização das Unidades de Ensino! Fim de projetos com empresas e fundações privadas.

Mercado de Trabalho

A entrada dos jovens no mercado de trabalho é fortemente marcada pelas desigualdades sociais. O trabalho é mais precário e desgastante para aqueles das famílias mais pobres. São eles os mais afetados pelo desemprego e pelas piores condições de trabalho.

A ampla maioria dos jovens tem sua primeira inserção no mundo do trabalho mesmo antes de completar 18 anos de idade (65%). Com o país afundado na crise econômica e com índices crescentes de novas demissões, quem tende a sofrer mais são os jovens, sobretudo aqueles com os trabalhos mais precarizados. O desemprego de jovens no Brasil com idade entre 15 e 24 anos foi de 15,5% em 2015, superando a média mundial. A tendência é que este número aumente aceleradamente este ano com o aprofundamento da crise e as medidas de ajuste dos governos. A última pesquisa do IBGE divulgada em maio aponta que o desemprego no Brasil atingiu 11,2%, são 11,4 milhões de pessoas desempregadas. Precisamos reverter esse cenário, buscando formas de inclusão e valorização do trabalho dos jovens cariocas.

- Políticas que estimulem o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, assegurando proteção da legislação trabalhista e previdenciária;

- Fiscalização do cumprimento da Lei de Aprendizagem, contra os estágios precários e exploratórios;
- Pela real implementação da Lei do Estágio para jovens estudantes;
- Garantia da redução da jornada de trabalho durante os estudos, sem perdas salariais;
- Luta constante contra a precarização e a terceirização;
- Criação de empregos com igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- Pela remuneração dos jovens que trabalhem nas olimpíadas, abaixo a exploração do trabalho voluntário.

Liberdade de Informação

Acesso à internet como um direito

83% dos jovens usam a televisão aberta como meio de informação, 56% a Internet, 23% os jornais impressos, 21% as rádios comerciais e 17% a TV paga. Computador e Internet são usados por 75% dos jovens e 89% têm celular. Enquanto a TV aberta é o principal canal de informação dos jovens de baixa renda (91%), a Internet é o meio de informação mais acessado entre os mais ricos (73%).

Liberdade nas redes e direito à privacidade

É fundamental que o acesso à internet seja uma garantia para todas as pessoas. A defesa da liberdade da Internet, da privacidade às informações do cidadão e da máxima transparência dos governos e grandes corporações devem ser bandeiras permanentes dos jovens. Na era da informação digital e do mundo conectado em rede, essas postulações nunca foram tão importantes. Essa é a chave entre as lutas da juventude indignada no mundo e no Brasil com ativistas como Edward Snowden, Chelsea Manning e Julian Assange.

No sentido de promover liberdade e privacidade na Internet, a aprovação do Marco Civil trouxe avanços. A defesa do princípio da neutralidade na rede é fundamental. Porém, algumas ressalvas são importantes. A versão do projeto sancionado pela Dilma foi uma mediação com as empresas de telecomunicação e abre brechas para violações do princípio da neutralidade por parte das empresas. No artigo 15, o projeto aprovado regulamenta que as empresas podem ter a guarda dos registros de acesso a aplicações da Internet por 6 meses, constituindo uma séria violação de privacidade. Tal fato foi criticado por vários ativistas que participaram do processo de criação do Marco Civil. Houve uma campanha pelo veto do artigo que não foi atendida pela presidenta Dilma. Além disso, empresas de telecomunicação em conjunto com a ANATEL querem limitar o acesso à internet, um grande ataque ao acesso livre e democrático das redes.

- Asilo para Snowden no Brasil. Asilar Snowden no Brasil é dar uma demonstração de força da cidadania e dos povos unidos pelos Direitos Humanos;
- Incentivo à lan-houses públicas nas cidades;
- Garantia da neutralidade na rede, direito à privacidade, contra a guarda de registros por empresas e governos;

- Contra o limite de pacote de dados na banda larga fixa;
- Plano de banda larga que garanta Internet de qualidade em todo o Rio de Janeiro. Disponibilizar conexões velozes em todos os lugares, a qualquer momento, por preços acessíveis ao consumidor e wi-fi livre e gratuito nos espaços públicos das cidades, nas escolas e nas universidades;
- Ensino de computação/criptografia nas escolas visando a segurança digital, inclusão digital com software livre;
- Uso exclusivo de software livre nos órgãos governamentais;
- Apoio à comunicação comunitária e popular, com garantia de recursos via publicidade governamental. Contra a criminalização das rádios comunitárias e os veículos de mídia independentes e populares;
- Todo apoio à implementação do Marco Civil da Internet;
- Por um Projeto de Lei da Mídia Democrática, uma nova lei das comunicações para a cidade do Rio.

Liberdade nas redes e direito à privacidade

“A verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura!”. Com esse grito os manifestantes queriam mostrar a falta de neutralidade de informações apresentada pelos donos do Grupo Globo. As grandes emissoras, em sua maioria, sempre foram um editorial a serviço dos interesses da elite dominante e dos governos deste país. A grande mídia faz de tudo para favorecer a hegemonia dos donos do poder, reproduzindo estereótipos e preconceitos. Precisamos seguir lutando pela democratização e regulamentação da mídia e enfrentar os grandes oligopólios da mídia brasileira.

- Fim do monopólio e do oligopólio nos meios de comunicação;
- Por um novo marco regulatório para as comunicações;
- Regulamentação da publicidade estatal;
- Criação e garantia de instrumentos de participação popular e controle social da mídia, inclusive, da produção de conteúdo.

Direitos Humanos

O Brasil ainda sofre graves violações de direitos humanos em todo o seu território, de acordo com a Anistia Internacional, a cidade do Rio de Janeiro, que recebeu mega-eventos nos últimos anos que culminará nas Olimpíadas deste ano, também apresenta traços alarmantes neste tema.

Nós vivemos uma crise profunda na Segurança Pública no Rio de Janeiro. Temos um cenário no qual policiais militares não apenas matam, como são mortos todos os dias. Dados mostram que mais de 100 policiais morrem por ano na cidade olímpica. Ao mesmo tempo, estima-se que a polícia é responsável por 1 a cada 5 homicídios no estado. É uma guerra de pobre contra pobre. E quem mais sofre com isso é a população negra periférica, em sua maioria moradores das favelas do Rio. Isso tem que acabar!

Precisamos superar o atual modelo de segurança, baseado na guerra, no militarismo e na eliminação do inimigo. Temos a polícia que mais mata e morre. Não há vencedores nesta realidade insana. Por isso, a luta política é pedagógica, e este debate precisa ser feito pelo conjunto da sociedade de forma responsável. A defesa dos Direitos Humanos não pode ser algo alheio à vida dos policiais e à Segurança Pública, como se estivessem em lados opostos.

Direitos Democráticos: Mulheres, LGBT, Negritude e Política de Drogas

A. A luta das mulheres, pelo coletivo Juntas!

A luta das mulheres se potencializou no cenário político brasileiro, mesmo antes de junho de 2013. A nacionalização das Marchas das Vadias – desde 2011 – colocou as pautas do feminismo de volta às manchetes. As jornadas de junho, enfim, fortaleceram ainda mais a luta das mulheres. Nas grandes manifestações e nas ocupações de escolas elas, sobretudo as jovens, são protagonistas das mobilizações.

A questão da violência contra a mulher é central. A barbárie perpetrada por mais de 30 homens contra uma jovem de 16 anos no Rio de Janeiro só expôs a ponta o iceberg. 130 mulheres são estupradas todos os dias no Brasil. Estima-se que apenas 10% dos casos de violência sexual sejam reportados às autoridades. Enquanto isso, no Congresso, dois projetos de lei, de autoria de corruptos e reacionários, tentam dificultar o atendimento médico e o aborto para vítimas de estupro. E na disputa eleitoral, teremos um espancador de mulher na corrida, o candidato Pedro Paulo. Mas não nos calaremos.

Campanhas como a “não mereço ser estuprada” e “contra a cultura do estupro” tomaram as redes e as ruas a fim de conscientizar a sociedade. Com grande adesão da juventude, elas ganharam as ruas em todo o país. É necessário o fortalecimento de mecanismos, como a Lei Maria da Penha, que combatam a violência doméstica. Precisamos também rechaçar projetos como o “Estatuto do Nascituro”, que torna a gravidez, até em casos de estupros, obrigatória. E dá ao estuprador o status de pai. Por fim, é fundamental o reativamento e a ampliação das delegacias de atendimento especializado às mulheres.

- Salário igual para trabalho igual;
- Por restaurantes, lavanderias públicas e creches em período integral nos locais de trabalho, moradia e estudo;
- Licença-maternidade de seis meses, e aumento da licença-paternidade para ajudar as mães
- Pela humanização do parto;
- Acesso universal a um programa de saúde pública para todas as fases da vida da mulher;
- Acesso gratuito aos cuidados com a saúde mental da mulher.

- Distribuição de contraceptivos gratuitos;
- Legalização do aborto realizado pelo Estado no sistema público de saúde;
- Acesso universal à educação em todos os seus níveis, de qualidade e não sexista;
- Por Casas-Abrigo, Delegacias da Mulher, e Hospitais/ambulatórios para mulheres vítimas de violência sexual com funcionamento 24 horas;
- Fim da revista vexatória às mulheres parentes de detentos;.

B. Negras e Negros

O Brasil é o país mais negro fora do continente Africano. Nos tempos das migrações escravagistas, apenas pelo Rio de Janeiro passaram mais de 6 milhões de negros escravizados. Segundo dados do IBGE de 2014, a população negra abarca 54% da sociedade. Na pesquisa do Perfil da Juventude Brasileira, realizada pela Secretaria Nacional de Juventude, 60% dos entrevistados se declararam de cor preta ou parda. Tais dados revelam um aumento das pessoas que assumem sua negritude. Revelam, também, que a autoafirmação de identidade cresce proporcionalmente. Seguindo passos do movimento, a juventude negra tem se levantado contra o racismo

apropriando-se de sua identidade. Ocupando espaços de representatividade nos bancos das universidades, na televisão e na política e afirmando sua identidade negra, o que se revela, também, na estética.

A identidade evidenciada pelo tangente crescimento de autoafirmação enegrece, também, uma pauta política. A estética aponta para um caminho que foi visto por meio de marchas como a do Empoderamento Crespo, em São Paulo ou a histórica Marcha de Mulheres Negras, em Brasília; ela aponta para a ocupação das ruas e da política, nunca protagonizada por esta parcela da sociedade, hoje identificada como maioria da população.

A identidade eurocêntrica é supremacista em relação a qualquer outra. Por isso é importante reafirmar os movimentos protagonizados pela periferia, fortalecer os saraus, rodas de rap, funk e samba. Afirmar o protagonismo dos movimentos é dar espaço para a pluralidade.

O Racismo da intolerância religiosa

Com seus mitos, ritos e memória ancestral, os terreiros de religiões de matriz africana são o que há de mais próximo a identidade negra. Lutar contra o racismo existente na intolerância religiosa é, também,

lutar por manter viva a memória de um povo. O que, necessariamente, passa por suprir a ausência de representatividade cultural, social e política da maioria da população deste país.

A total exclusão e marginalização da população melaninada é parte de um projeto de manutenção de poder que exclui os que se distanciam do padrão masculino e branco. Os lugares sociais que o negro ocupa são inegáveis na cidade onde as contradições sociais são mais evidentes. Isso se expressa no genocídio da juventude negra, globalizado pela Anistia Internacional com a campanha #JovemNegroVivo, que revela que 70% das vítimas de violência policial são jovens negros e periféricos entre 15 e 25 anos de idade. Mas se expressa também na ausência desta parcela nos bancos da universidade, e no encarceramento em massa; na discrepância existente entre a representatividade no Congresso Nacional e a lista do Instituto Médico Legal. Não trata-se apenas da afirmação da identidade, mas do direito à vida.

Apesar dos efeitos destrutivos do racismo, como a exclusão social, a baixo auto-estima, a depressão e os baixos índices de acesso à Saúde, existem expressões fortes da cultura afro que resistem e persistem no seio das manifestações sociais do Brasil. O debate sobre a temática racial deve ser realizado

amplamente, e apesar do abismo existente na garantia de direitos para negros e brancos, algumas conquistas, principalmente no campo das políticas de identidade e de reconhecimento foram importantes para reverter este processo. A Lei nº 12.711/2012, que garante as cotas raciais nas Universidades e a Lei nº 10.639/2003, que inclui, no currículo escolar, o ensino da história afro-brasileira, bem como a valorização da estética e da cultura negra.

- Defesa das ações afirmativas: cotas na Graduação, Pós- Graduação e nos Concursos;
- Pelo fim das desigualdades sociais e econômicas entre negros e brancos;
- Pelo respeito e incentivo à cultura e identidade negra
- Fortalecimento e incentivo à criação de projetos sociais em periferias
- Auxílio psicológico e jurídico para a população negra
- Cursos de formação para professores a fim de implementar a Lei 10639/2003 com efetividade.
- Campanhas e políticas de segurança desenvolvidas contra a militarização da Polícia.

C. Direitos LGBTs

Apesar de alguns avanços nos últimos anos, a luta da comunidade LGBT por direitos permanece necessária. Ainda vivemos em um mundo em que milhares de jovens são mortos em crimes de ódio por sua orientação sexual ou identidade de gênero. A luta contra a LGBTfobia deve ser diária.

A homofobia, a transfobia ou lesbofobia se manifestam de diversas formas. Se às vezes permanecem apenas na violência verbal e simbólica – como através de piadas e do bullying – nos casos mais extremos se manifestam em agressões físicas que levam muitas vezes à morte. No Brasil, um LGBT é assassinado a cada 26 horas. O Grupo Gay Bahia contabiliza um aumento de 27% nos homicídios homo/lesbo/transfóbicos no Brasil em relação ao ano passado: 266 pessoas mortas por amarem ou serem diferentes.

Foi com muita mobilização, nas ruas e nas redes, que o projeto de Lei da “cura gay” foi arquivado, e é com essa força que todo o conjunto do movimento LGBT no país deve firmar suas posições em defesa do Estado laico, articulando suas ações com os poderes públicos no sentido de combater a violência homo/lesbo/transfóbica e todas as formas de discriminação legal que a legitimam.

Por isso propomos:

- Defesa do Projeto de Lei João Nery de identidades de gênero e nome social;
- Uma voz no Rio em defesa da aprovação pelo Congresso Nacional do casamento civil igualitário;
- Defesa da Educação para a Diversidade. Projetos pedagógicos nas escolas que ensinem sobre a diversidade sexual, afim de estimular a tolerância e acabar com o preconceito.
- Lutar para que o município ajude a reestruturar o programa estadual Rio Sem Homofobia

D. Política de Drogas

A política proibicionista hoje vigente no Brasil cobra um alto preço em vidas humanas e recursos públicos desperdiçados. Nos últimos anos, as Marchas da Maconha pelo Brasil ganharam força e voz. Através delas, milhares levantaram a bandeira da legalização do uso e da produção de maconha. Após a decisão do governo uruguaio, o debate estampou capas de jornais e revistas, ganhou as redes sociais e chegou ao Congresso Nacional, com o PL de autoria do deputado Jean Wyllys, do PSOL do Rio de Janeiro. Despindo-se de

tabus, é preciso discutir o tema com profundidade.

O primeiro ponto é o tráfico de drogas. Segundo a ONU, temos a terceira maior população carcerária do mundo. No caso do Brasil, mais da metade da população carcerária é devido ao tráfico de drogas. Em 40% dessas prisões houve apreensão de quantidades pequenas, sem envolvimento com organizações criminosas. Quase 80% eram jovens e mais de 50% do total eram negros. Os jovens e negros têm sido os principais alvos desta guerra.

Dados do DEPEN revelam que, entre 2005 e 2012, a população prisional cresceu 52%, enquanto os presos por tráfico cresceram 194% no mesmo período. Isso é insustentável! O projeto de Jean Wyllys não pretende “liberar” o comércio da maconha, mas regulá-lo. É incontestável que a legislação existente é ineficaz. Precisamos retirar o controle das mãos do tráfico e repassar para as mãos do Estado. Para isso, os municípios devem agir em conjunto com as outras esferas de poder.

O segundo tema é o da saúde pública. Drogas lícitas ou ilícitas causam danos à saúde, por isso, é preciso perguntar-se: como reduzir esses danos? A política de proibição tem sido ineficaz para diminuir o consumo. E, neste caso, o problema tem sido tratado na esfera da segurança pública e não como um problema de

saúde. O comércio ilegal de droga emprega mão-de-obra barata disponível nas favelas, vende substâncias misturadas, que prejudicam ainda mais a saúde e são a porta de entrada para drogas mais baratas e letais, como o crack. Tudo para financiar o tráfico de armas e a corrupção.

O fato é que a política de drogas no país está completamente falida. Seja porque a guerra às drogas serve mais como justificativa para a violência do Estado nas periferias, ou porque o tema não tem sido efetivamente tratado como um problema de saúde pública. Sendo assim, os jovens seguem morrendo muito pelas mãos da polícia e do tráfico, e também acometidos muitas vezes pelo vício. No primeiro caso, o Estado é diretamente responsável e no segundo, é omissivo.

Por isso propomos:

- Legalização da Maconha: regulamentação do auto-cultivo, da produção, industrialização, comercialização e consumo de Cannabis, derivados e produtos de Cannabis;
- Regular a pesquisa, uso medicinal da Cannabis;
- Implementar uma política de prevenção do uso problemático e de redução de danos via SUS.

Transporte e o direito à cidade

As cidades devem possibilitar aos jovens o acesso à educação, ao trabalho, ao transporte público, à cultura e ao lazer de forma descentralizada, criando novas rotas e possibilidades que façam o espaço urbano realmente democrático, saudável e diverso. Mas o fato é que no sistema capitalista isso vai acontecendo de maneira bastante desigual. Uma boa parte da juventude vive em espaços públicos precários e violentos. E a distância por vezes torna outros espaços inacessíveis.

As tantas mobilizações pelo país em junho de 2013 evidenciaram o problema do transporte nas principais cidades, inclusive aqui no Rio. É muito caro se movimentar pela cidade, é de péssima qualidade e superlotado. E depois da reorganização realizada pelo prefeito Eduardo Paes, o caos aumentou. Mas é sabido que o transporte coletivo é um filão bastante lucrativo para o empresariado. Muitas empresas se comportam como verdadeiras máfias dos transportes. São cartéis que controlam os preços e nivelam por baixo o oferecimento do serviço.

Aqui no Rio o meio-passe estudantil é limitado e insuficiente. Precisamos avançar no debate do passe-livre estudantil, que permita ao jovem estudante utilizar em todos os dias da semana, inclusive feriados o transporte

coletivo de maneira livre. Hoje só é permitido usá-lo de segunda a sexta nos horários de aula. “Não é porque não tem aula que deixamos de ser alunos”. Os estudantes devem poder usufruir do transporte também para atividades culturais e de lazer. Os jovens estudantes de cursinhos pré-universitários ou pré-vestibulares devem também ter acesso ao benefício, afinal, também são estudantes.

Outro grave problema do sistema de transporte público do país é a ausência de transporte coletivo 24 horas. Tal fato compromete não só a mobilidade e a segurança dos jovens que circulam pela cidade, mas também as mais diferentes categorias que trabalham no turno da madrugada.

Por fim, também precisamos ampliar propostas que incentivem o uso da bicicleta, que além de ser um meio de transporte excelente para pequenas e médias distâncias, não polui, não emite gases, é econômica. Para incentivar o uso, as ciclovias são fundamentais. Precisamos pensar em um projeto que obriga as empresas de transporte coletivo a disponibilizarem bike racks (suporte instalado na parte dianteira dos coletivos) nos ônibus, facilitando a locomoção para pessoas que percorrem grandes distâncias e uma segurança em caso de imprevistos. Outro projeto que precisamos debater é o que autoriza a colocação de bicicletários nos estabelecimentos

comerciais. Iniciativas como essas são importantes para incentivar o uso de bicicletas.

Por isso propomos:

- Projeto para encaminhar a tarifa zero no transporte público;
- Garantia de passagem estudantil todos os dias da semana, inclusive feriados. E garantia de passagem para os estudantes de cursinho pré- universitários;
- Transporte Público 24 horas;
- Incentivo à criação e expansão de trechos de veículos sobre trilhos em todas as regiões da cidade;
- Desenvolver e manter uma boa infraestrutura para locomoção de pedestres e pessoas com deficiências, com calçadas e travessias adequadas;
- Por um plano de mobilidade urbana que leve em consideração a bicicleta enquanto um meio de transporte através, por exemplo, da criação de ciclovias seguras, com funcionamento diário e que alcancem todas as zonas das cidades, além da integração da bicicleta com outros modais de transporte público;
- Contra a privatização dos espaços públicos e o

cercamento de praças e parques;

- Incentivar e assegurar a participação popular no debate sobre planejamento urbano;
- Elaboração participativa de planos de manejo que visem o uso sustentável dos recursos naturais e atender às necessidades da população;
- Ampliação ao acesso a saneamento básico com destinação adequada de resíduos sólidos;
- Ampliação nos sistemas de captação e distribuição de água tratada.
- Plano diretor da cidade que leve em consideração prédios vazios e ociosos pela cidade para serem destinados a moradia popular.

